

**Mapeamento das organizações sociais e seu acesso aos mercados institucionais nas
Microrregiões de Nossa Senhora das Dores e Tobias Barreto (SE)**

***Mapping Social Organizations and Their Access to Institutional Markets in the
Microregions of Nossa Senhora das Dores and Tobias Barreto (Sergipe, Brazil)***

Camila Lago Braga

Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, Sergipe (UFS), Brasil

Mirian Souza Oliveira

Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, Sergipe (UFS), Brasil

Maria Heloísa Menezes de Jesus

Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil

Washington Tavares Lima

Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil

Cinthia Daniele de Andrade Mateus

Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O estudo tem como objetivo mapear as organizações sociais que apoiam a agricultura familiar nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Tobias Barreto (SE), analisando seu papel no acesso aos mercados institucionais. A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em levantamento documental em bases institucionais e fontes secundárias. Os resultados evidenciam a presença significativa de associações, porém com baixa inserção nos programas públicos como PNAE e PAA. Identificam-se barreiras institucionais, organizacionais e informacionais que limitam esse acesso. Conclui-se que a existência de organizações formais não garante sua participação nos mercados institucionais, sendo necessário fortalecer capacidades organizativas e ampliar o suporte institucional.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Associação. Cooperativa. Programa de Aquisição de Alimentos. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Abstract: The study aims to map the social organizations that support family farming in the municipalities of Nossa Senhora das Dores and Tobias Barreto (Sergipe, Brazil), analyzing their role in accessing institutional markets. The research is qualitative, exploratory, and descriptive in nature, based on documentary analysis of institutional databases and secondary sources. The results reveal a significant presence of associations; however, their participation in public programs such as the National School Feeding Program (PNAE) and the Food Acquisition Program (PAA) remains low. Institutional, organizational, and informational barriers are identified as limiting factors for this access. It is concluded that the mere existence of formal organizations does not guarantee their participation in institutional markets, highlighting the need to strengthen organizational capacities and expand institutional support.

Keywords: Family farming. Associations. Cooperatives. Food Acquisition Program. National School Feeding Program.

1. Introdução

As políticas públicas surgiram como instrumentos voltados à mediação de conflitos sociais e econômicos, assumindo papel central na reorganização das relações sociais e produtivas, tanto no âmbito municipal quanto nacional (Grisa; Schneider, 2015). A partir de 1990, o Estado brasileiro passou a implementar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, reconhecendo a exclusão histórica desses agricultores dos mercados convencionais, os quais operam predominantemente orientados pela lógica da maximização do

lucro. De acordo com Chiodi, Almeida e Assis (2022), no conjunto das políticas, algumas se configuraram como esforços para abrir possibilidades para a construção de processos de maior autonomia dessa categoria, por meio dos mercados institucionais.

Entre essas políticas, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A efetividade dessas políticas também está relacionada à atuação das organizações sociais, como cooperativas e associações, pois, quando geridas de maneira organizada, são capazes de atingir objetivos multidimensionais, estimulando a participação dos agricultores nas discussões acerca de seus interesses, valorizando e atribuindo valor à produção local, à medida que promovem o desenvolvimento local e a valorização da produção regional (Grisa; Schneider, 2015).

Estudos também indicam que à medida que o número de organizações sociais aumenta, mais agricultores familiares são incluídos nos mercados institucionais, o que amplia os canais de comercialização da agricultura familiar (Prócopio et al., 2015. Grisa; Porto, 2015).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral identificar e mapear as organizações sociais que apoiam a agricultura familiar nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Tobias Barreto, no estado de Sergipe, considerando seu papel no acesso aos mercados institucionais.

3. Metodologia

O estudo foi realizado na mesorregião do Agreste Sergipano, com destaque para os municípios de Nossa Senhora das Dores e Tobias Barreto, caracterizados pela forte presença da agricultura familiar e de organizações sociais. A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e levantamento documental. A coleta de dados foi realizada em bases institucionais e fontes secundárias, complementada por consultas informais com representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE). As informações foram sistematizadas em planilhas, permitindo identificar as organizações sociais, sua natureza jurídica, localização e participação nos mercados institucionais (PNAE e PAA). A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), envolvendo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

4. Resultados

Os resultados da pesquisa evidenciam, inicialmente, uma expressiva presença de organizações formais da agricultura familiar, sobretudo no município de Nossa Senhora das

Dores, onde foram identificadas 20 associações, em comparação às 7 associações localizadas em Tobias Barreto. Por outro lado, destaca-se a ausência de cooperativas formalmente registradas em ambos os municípios, bem como a inexistência de informações sobre organizações informais nos bancos de dados consultados. Essa lacuna em relação às organizações informais revela uma limitação importante das bases de dados oficiais, indicando que parte significativa das dinâmicas organizativas no meio rural pode não estar institucionalmente registrada.

Apesar da quantidade significativa de associações identificadas, os resultados demonstram um baixo nível de inserção dessas organizações nos mercados institucionais, especialmente no que se refere ao acesso às políticas públicas como o PNAE e o PAA. No caso de Nossa Senhora das Dores, apenas 2 associações e 3 cooperativas acessaram o PNAE na modalidade municipal em 2024. Já no município de Tobias Barreto, não foi identificado o acesso de organizações sociais a essas políticas no período analisado, ou, alternativamente, tais informações não foram devidamente publicizadas pelos órgãos competentes.

Esse descompasso entre a existência de organizações formais e sua efetiva participação nas políticas públicas sugere a presença de barreiras estruturais e institucionais que dificultam o acesso aos mercados institucionais. Entre essas barreiras, podem ser destacadas: limitações organizacionais, dificuldades na elaboração de propostas para chamadas públicas, exigências burocráticas, problemas logísticos e insuficiência de apoio técnico por parte de órgãos públicos.

A análise também aponta para uma possível centralização ou concentração da execução das políticas em determinados territórios, como evidenciado pelo caso do PAA em 2024, cuja execução se concentrou em outros municípios, a exemplo de Lagarto. Isto demonstra desigualdades territoriais na operacionalização dessas políticas, indicando que sua implementação não ocorre de maneira homogênea.

Por fim, os resultados evidenciam uma contradição importante no contexto da agricultura familiar brasileira. Embora este segmento represente a maioria dos estabelecimentos rurais no país, sua baixa participação efetiva em políticas públicas estratégicas, como o PAA e o PNAE, revela fragilidades na articulação entre Estado, organizações sociais e agricultores. Soma-se a isso a insuficiência de transparência e sistematização das informações por parte de

instituições como sindicatos e secretarias de educação, o que dificulta tanto o acesso às políticas quanto a realização de análises mais precisas sobre sua execução.

5. Considerações finais

As pesquisas evidenciam que o PAA e o PNAE configuram-se como importantes instrumentos de transformação das dinâmicas produtivas e comerciais no meio rural, ao ampliarem as possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais. No entanto, sua efetividade está diretamente condicionada à forma como são implementados nos territórios, especialmente diante dos desafios institucionais e organizacionais identificados no Agreste Sergipano.

No entanto, a pesquisa demonstrou que a existência de organizações formais não garante sua inserção nos mercados institucionais, sendo necessário considerar fatores como capacidade organizativa, apoio institucional, acesso à informação e articulação em redes. Esses elementos são fundamentais para compreender os limites e as potencialidades das políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos municípios analisados.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições Setenta, 2011.

CHIODI, R. E., ALMEIDA, G. F., ASSIS, L. H. B. (2022). Efeitos de políticas de compras institucionais sobre a organização de produtores familiares no Vale do Ribeira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(3), e230363. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.230363>. p.1-21. Acesso em: 04 nov 2025.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

PROCÓPIO, F. C.; OLIVEIRA, J. T. A.; BORSATTO, R. S. As dificuldades para a participação de assentamentos rurais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso de Itapeva-SP. *Retratos de Assentamentos*, v. 18, p. 361-382, 2015.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.